

BOLETIM



OFICIAL

GOVERNMENT GAZETTE

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

ASSINATURAS			
As 3 séries ...	Ano 240\$	Semestre 144\$	Trimestre 108\$
A 1.ª série ...	> 120\$	> 72\$	> 54\$
A 2.ª série ...	> 96\$	> 60\$	> 48\$
A 3.ª série ...	> 120\$	> 72\$	> 54\$

Para fora da cidade acresce o porte do correio

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.

SUMMARY

Order. Re: Lease of urban properties to foreigners.

SUMÁRIO

Despacho: Arrendamento de prédios urbanos a estrangeiros.

MILITARY GOVERNMENT
GOA, DAMAN AND DIU

Civil Administration

ORDER

By an Act of the Goa Legislature No. 1409 dated 14-2-1952, the leasing of urban property to any foreigner without the previous sanction of the Governor General is illegal (Vide Article 1). Vide Article 5 — rent is controlled within the terms of the decision of the Legislature No. 1319 dated 29-12-1949 and 1371 dated 19-4-1951. Vide Article 30 — any breach of article 1 is punishable with 6 to 12 months imprisonment in addition to fine.

2. These provisions of the existing Law should be strictly enforced. All leases entered into in contravention of these laws will be penalised.

By order and in the name of the Military Governor of Goa, Diu and Daman.

R. P. Noronha, Chief Civil Administrator.

Panjim, 20th January, 1962.

GOVERNO MILITAR DE GOA,
DAMÃO E DIO

Administração Civil

Despacho

Nos termos do artigo 1.º do Diploma Legislativo n.º 1409, de 14 de Fevereiro de 1952, é nulo o arrendamento de prédios urbanos feito a estrangeiros, sem a prévia autorização do Governador-Geral. Segundo dispõe o seu artigo 5.º, as rendas são fixadas de harmonia com os ajustamentos feitos nos termos dos Diplomas Legislativos n.ºs 1319, de 29 de Dezembro de 1949 e 1371, de 19 de Abril de 1951. E conforme o artigo 30.º, a violação do disposto no artigo 1.º é punível com 6 a 12 meses de prisão acrescida de multa.

2. Determina-se o rigoroso cumprimento destas disposições legais existentes. Os arrendamentos feitos em contravenção das referidas disposições ficarão sujeitos a sanção legal.

Por ordem e em nome do Governador Militar de Goa, Dio e Damão.

R. P. Noronha, Administrador Civil, Chefe.

Pangim, 20 de Janeiro de 1962.